

AGENDA COMUM DE GÉNERO Mulheres LÍDERES para a AGENDA 2030



GOVERNO DE
CABO VERDE



MUNICÍPIO DE
SÃO FILIPE
Ilha do Fogo



LUXEMBOURG
AID & DEVELOPMENT



CÂMARA MUNICIPAL
DOS MOSTEIROS



Programa das Plataformas
para o Desenvolvimento Local
e os Objetivos 20/30
em CABO VERDE

Canada

Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



AGENDA COMUM DE GÉNERO Mulheres LÍDERES para a AGENDA 2030

Ilha do Fogo

Ficha Técnica

Propriedade:	ICIEG
Presidente:	Rosana Almeida
Coordenação Técnica:	Adélsia Almeida e Coligação das Mulheres Líderes do Fogo
Organização:	PNUD/Programa Plataforma para o Desenvolvimento Local e Objetivos 20/30 em Cabo Verde e Paulino Oliveira do Canto
Participação especial:	Cristino Pedraza, Damaris Lopes da Silva, Francisca Santos, Ekvity dos Santos, Adalberto Furtado Varela e Paula Silva
Financiamento:	Governo do Grão Ducado do Luxemburgo, através do Programa Plataforma para o Desenvolvimento Local e Objetivos 20/30, executado pelo Ministério das Finanças, através da Direção Nacional do Planeamento e cofinanciado pelo Fundo Canadano para Iniciativas Locais (FCIL - Embaixada do Canadá)
Design e Impressão:	Tipografia Santos
Ano de publicação:	2021

ÍNDICE

ACRÓNIMOS	6
AGRADECIMENTOS	7
EDITORIAL	9
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
I BREVE HISTÓRICO DAS AÇÕES REALIZADAS	15
II PREOCUPAÇÕES E PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO DAS MULHERES DA ILHA DO FOGO	18
II.1 AUTONOMIA FÍSICA	19
O que mais preocupa	20
Que propostas?	21
II.2 AUTONOMIA ECONÓMICA	23
O que mais preocupa	24
Que propostas?	25
II.3 AUTONOMIA POLÍTICA E NA TOMADA DE DECISÃO	27
O que mais preocupa	28
Que propostas?	28
III RECOMENDAÇÕES	31
IV BIBLIOGRAFIA	34
V ANEXOS	35

ACRÓNIMOS

ACB – Associações Comunitárias de Base

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humano

ICIEG - Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

IMC - Inquérito Multi-Objectivo Contínuo

IDRS - Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

IEC - Informação Educação e Comunicação

INE - Instituto Nacional de Estatística

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

MS - Ministério da Saúde

ODS - Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONGs - Organizações Não Governamentais

PEMDS - Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável

PNIG - Plano Nacional de Igualdade de Género

PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável

TIC - Tecnologia de Informação e Comunicação

RMP - Rede de Mulheres Parlamentares

PNSR - Programa Nacional de Saúde Reprodutiva,

SSR - Saúde Sexual e Reprodutiva

VBG - Violência Baseada no Género

VIH - Vírus de Imunodeficiência Humana

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e a Direção Nacional do Planeamento do Ministério das Finanças, através do Programa Plataformas para o Desenvolvimento Local e Objetivos 2030 em Cabo Verde pela iniciativa proposta, que conta com a assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o financiamento do Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo e cofinanciamento do Fundo Canadiano para Iniciativas Locais (FCIL - Embaixada do Canadá).





EDITORIAL

A Agenda Comum de Género: Mulheres Líderes para a Agenda 2030 é uma iniciativa do Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade de Género (ICIEG) e da Direção Nacional do Planeamento do Ministério das Finanças, através do Programa Plataformas para o Desenvolvimento Local e Objetivos 2030 em Cabo Verde, e conta com a assistência técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o financiamento do Governo do Grão-Ducado do Luxemburgo e do Fundo Canadano para Iniciativas Locais (FCIL - Embaixada do Canadá).

Este instrumento permite dar maior visibilidade às preocupações com vista a colmatar a sub-representação das mulheres nos diferentes níveis de tomada de decisão política. Esta agenda foi traçada e desenhada com o intuito de estabelecer uma plataforma de advocacia, que vai integrar um conjunto de demandas para a realização de ações que permitam uma maior participação das mulheres nos processos de tomada de decisão. Trata-se de uma agenda não partidária, que se posiciona sobre questões fundamentais para o desenvolvimento territorial e de políticas públicas para a promoção da igualdade de género.

Face à situação das desigualdades de género e os desafios inerentes à participação efetivas das mulheres nas esferas políticas e nos cargos de decisão em Cabo Verde, com foco especial sobre a ilha do Fogo, a conceção desta agenda veio impulsionar um conjunto de atividades e ações de capacitação para o empoderamento das mulheres. A promoção da liderança feminina torna-se fundamental para melhorar a coordenação e a gestão dos processos de desenvolvimento local e planificação estratégica juntos dos Municípios da ilha do Fogo.

O ICIEG disponibiliza este documento, que no fundo narra experiências quotidianas, desde sonhos, medos, obstáculos, progressos aos objetivos das mulheres *foguenses*, oferecendo recomendações para advocacia conjunta em prol da igualdade de género junto dos três Municípios da ilha do Fogo: São Filipe, Mosteiros e Santa Catarina do Fogo.

A Agenda Comum de Género Mulheres Líderes para a Agenda 2030 é um documento que regozija o ICIEG e a todos os parceiros envolvidos na sua elaboração. Uma parceria que preconiza a inclusão de uma abordagem comum de género para a criação de um modelo de desenvolvimento dos municípios que seja efetivamente sustentável. Portanto, a inclusão da diversidade de vozes das mulheres, que a partir da sua comunidade partilharam suas perspetivas para o desenvolvimento local, resumem-se nas recomendações, que apontam para um forte engajamento de todos/as na criação de condições objetivas para melhor coordenação e gestão dos processos de desenvolvimento local e planificação estratégica juntos dos Municípios.



Rosana Almeida
Presidente do ICIEG



Gilson Pina
Diretor Nacional do Planeamento



APRESENTAÇÃO

Esta Agenda evidencia a situação das desigualdades de género na ilha do Fogo e os desafios que ainda persistem nos municípios em relação a participação das mulheres nas esferas sociais, económicas e políticas. São desafios que afetam a participação efetiva das mulheres nos mais diversos domínios, colocando-as numa situação de desvantagem.

Os resultados apontam para implementação de projetos, atividades e ações de capacitação, com foco no empoderamento e autonomia das mulheres da ilha do Fogo, que por vezes vivem resignadas com a situação da violência e exclusão social, económica e política. Outras mulheres, entre as quais uma parte expressiva das que participaram ativamente na conceção desta Agenda se inclui, apesar da consciência sobre os seus direitos, se veem confrontadas com um conjunto de obstáculos e, conseqüentemente receio para erguer suas vozes de reivindicação. Neste sentido, apontam as causas sociais e intrafamiliares como principais obstáculos para protagonizarem oportunidades impulsionadoras de mudanças nas suas vidas, entre os quais o estigma social, a falta do suporte familiar e a sobreposição de uma cultura patriarcal e machista.

Pois, ao mesmo tempo que manifestam a sua insatisfação face às desigualdades de género e outros problemas que os afetam, sentem-se de certa forma desencorajadas pelas companheiras, membros familiares e, às vezes, de uma certa ausência de instituições/atores vocacionadas para a problemática feminina. Neste sentido, o processo da conceção de Agenda de Género veio impulsionar novas forças, permitindo-as ser um grupo coeso e orientado por um objetivo comum, independente das diferenças sociais, ideológicas, económicas, políticas, etárias e orientações partidárias.

Ao longo deste processo, partilharam ideias, sonhos, medos, objetivos e aprendizados, o que transformou as suas formas de encarar o mundo. Hoje, sentem preparadas para advogar de forma conjunta pela igualdade de género, como base essencial para o progresso e a estabilidade social. Ademais, reconhecem o valor da parceria, da cooperação e da sinergia interinstitucional como fator determinante para o progresso alcançado, entretanto, apontando para a necessidade premente de haver maior dedicação, nomeadamente das entidades governativas, central e local, dos organismos internacionais, das Organizações Não-Governamentais (ONGs) e das Associações Comunitárias de Base (ACB).

Por fim, recomenda-se a divulgação desta Agenda e que as recomendações sejam rigorosamente seguidas e integradas na elaboração de políticas públicas que dão respostas às necessidades locais para um desenvolvimento que se quer integrado e sustentável.

MULHERES IMPULSIONADORAS DO PROJETO

Município dos Mosteiros	Município de São Filipe	Município de Santa Catarina
Maria Veiga	Miriam Monteiro	Maria Socorro Alves
Milene Gonçalves	Maria José Barbosa	Carmen Monteiros
Manuela Lopes	Vanda Timas	Cláudia Ferreira
Paula Rosa Semedo	Ana Maria Cardoso	Maria José Fonseca
Ineida Pires	Vanilda Correia	Giovana Lopes de Andrade
Daniela Andrade	Mónica Cardoso	Crisolita de Andrade
Artemísia dos Santos	Fátima Louro	Idalina Monteiro
Gabriela Pires	Joaquina Rodrigues	Herica Lopes Andrade
Alexandra Pires	Ruth Fernandes	Ana Lina Gonçalves
Aguinalda Gomes	Edna Pina	Vanda Lopes de Andrade
Any Martins	Anilda Teixeira	Carla Pina
Joana Resende	Myriam Miranda	Fogo, 25 de Novembro de 2020
Eunice de Pina	Heriquieta Cardoso	
Maria Carla Mendes	Maria Teresa Cardoso	
	Maria Odete Tavares	
	Tatiene Rosa	
	Daniela Correia Rendael	
	Nilda Veiga	
	Magui Lopes	



INTRODUÇÃO

A Agenda Comum de Género: Mulheres Líderes para a Agenda 2030 é um instrumento que pretende dar visibilidade às preocupações relativas a sub-representação das mulheres nos diferentes níveis de tomada de decisão política. Essa Agenda tem por objetivo instituir uma plataforma de advocacia para a realização de ações que permitam uma maior participação das mulheres nos processos de tomada de decisão.

Os municípios da ilha do Fogo integram hoje nos seus planos estratégicos a igualdade de género e se apresentam como instâncias privilegiadas para a implementação da Agenda Comum de Género.

A Agenda Comum de Género: Mulheres Líderes para a Agenda 2030 é uma agenda apartidária, com referência nos compromissos da Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente no ODS nº 5, que visa *garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública*.

Esta Agenda constitui-se num instrumento de posicionamento das mulheres líderes da ilha do Fogo sobre questões fundamentais de desenvolvimento territorial e de promoção da igualdade de género.

Para a sua elaboração teve-se por base processos de formação e de consulta a um grupo de mulheres em posição de liderança, em diferentes níveis e espaços, ao qual se fará referência como Coligação de Mulheres da Ilha do Fogo - uma associação de mulheres da ilha em processo de formalização.

Este documento é resultado da sistematização das experiências participativas e diagnosticadas junto à Coligação de Mulheres da Ilha do Fogo e contém os seguintes conteúdos:

- I. BREVE HISTÓRICO - descreve as ações que foram desenvolvidas na concepção da presente Agenda, destacando o processo de concertação institucional, o diagnóstico que identificou a necessidade da sua elaboração, bem como os critérios que estiveram na base de identificação das mulheres para integrarem no processo.
- II. PREOCUPAÇÕES E PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO DAS MULHERES DA ILHA DO FOGO - expõe as principais preocupações da Coligação de Mulheres da Ilha do Fogo e apresenta suas propostas relativa às dificuldades diagnosticadas para cada uma das autonomias, a saber:

II.1. Autonomia Física

II.2. Autonomia Económica

II.3. Autonomia Política e na tomada de decisão

Contudo, por forma a garantir uma certa uniformização na compreensão dos conceitos tratados, antes de apresentar as preocupações concretas da Coligação das Mulheres da ilha do Fogo procura-se esclarecer o conceito da autonomia empregado e, de seguida, introduz-se o debate acerca de sua importância para a igualdade de género.

III. RECOMENDAÇÕES - traz sugestões finais, considerando a continuidade do processo.

IV. ANEXOS - Proposta de estrutura de plano de ação a ser concluído pela Coligação de Mulheres da ilha do Fogo e os diferentes agentes do desenvolvimento municipal.



I BREVE HISTÓRICO DAS AÇÕES REALIZADAS

A participação política na ilha do Fogo continua a ser marcada pelas desigualdades de género, especialmente das mulheres nos processos de tomada de decisão.

Neste âmbito, considera-se essencial realçar que, ainda durante o processo da concepção da Agenda e antes da aprovação da Lei da Paridade, a representatividade das mulheres nos órgãos municipais a nível nacional era muito baixa, com apenas 23,6% de deputadas e 26,1% de vereadoras eleitas. E na ilha do Fogo, em particular, a representação das mulheres nos cargos de decisão a nível municipal, nomeadamente no cargo de vereador era apenas 23,5%, não obstante, os resultados da eleição autárquica de 2020, alterando a representação das mulheres nos três Municípios da ilha, actualmente em mais de 40%. Por isso, é fundamental compreender o contexto em que o ICIEG, a ONU-Mulheres, a Rede de Mulheres Parlamentares, a Direção Nacional do Planeamento (DNP) e o Ministério da Família e Inclusão Social propuseram a elaboração da Agenda Comum de Género para a ilha do Fogo. Ademais, ter em conta que a participação das mulheres na esfera política municipal não se resume apenas na representatividade paritária dos cargos de poder político, com igual importância para a fiscalização de políticas e tomadas de decisão que afetam as suas vidas quotidianas enquanto grupos de coligação fortemente engajados no desenvolvimento local.

O projeto nasce de uma celebração de acordo de parceria entre o ICIEG e a DNP no quadro do Programa Plataforma para os Objetivos 20/30 em Cabo Verde com o objetivo da sua materialização junto dos Municípios da ilha do Fogo. Neste contexto, a proposta foi apresentada aos Presidentes das Câmaras dos três municípios da ilha, que de imediato se engajaram disponibilizando os serviços municipais no processo da elaboração da Agenda e na implementação das atividades do projeto.

De ressaltar que o processo da elaboração da Agenda do Fogo teve como base experiências anteriores da construção das Agendas de São Miguel e da Praia, apresentando inovações, nomeadamente a referência da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e priorizar como critério para a escolha do público-alvo as lideranças femininas locais nos âmbitos da administração pública, dos partidos políticos, da sociedade civil e do sector privado.

Os primeiros exercícios de uma Agenda Comum de Género para os municípios da ilha do Fogo incluíram a identificação de um grupo de quarenta e cinco (45) mulheres, realizados no quadro das Plataformas Locais. Neste sentido, foram consideradas a questão territorial, que procurou integrar mulheres dos três municípios da ilha e a exigência para que 10% das mulheres líderes identificadas fossem mulheres jovens, com idades compreendidas entre 17 a 25 anos.

O processo de seleção das quarenta e cinco (45) mulheres foi realizado pelas Câmaras Municipais, integrando no grupo vereadoras e deputadas municipais, responsáveis pelos

serviços desconcentrados do Estado; empresárias ou responsáveis de empresas privadas; líderes de ONG's ou organizações da sociedade civil e líderes religiosas.

Nos dias 28, 29, 30 e 31 de Janeiro de 2020, com o grupo de mulheres do Fogo iniciaram-se ações de formação, permitindo às participantes aprofundar nas questões de género ao mesmo tempo que sua familiarização com os ODS (especialmente o ODS 5) e a Agenda 2030.

Em Março de 2020, mais concretamente nos dias 05 e 06, a partir de sessões formativas em análise quantitativa e qualitativa, com uma abordagem de Género, as mulheres tiveram a possibilidade de analisar a situação de desigualdade de género no país, em especial na ilha do Fogo. Desta ação resultou um primeiro rascunho de compromissos das mulheres com o desenvolvimento de ações para alcançar maior igualdade de género na ilha, incluindo a criação da Associação de Mulheres Líderes da ilha do Fogo.

COMPROMISSOS

- Criar uma Associação de Mulheres Líderes da ilha do Fogo;
- Trabalhar na sensibilização de famílias e escolas na questão de segregação de atividades por sexo;
- Trabalhar para criar um novo Paradigma Social;
- Trabalhar com as mulheres de forma a que a partilha dos trabalhos não remunerados seja mais equilibrada;
- Criar um núcleo dirigido à formação profissional, permitindo que as meninas sejam inseridas em outras atividades de forma a diminuir a segregação das atividades laborais;
- Incentivar meninas a participarem em funções relacionadas com a carreira militar

Estes compromissos e algumas demandas de política pública, ainda bastante genéricas, serviram de base para a retomada dos trabalhos, entre os dias 09 a 12 de setembro, que culminaram com a presente Agenda.

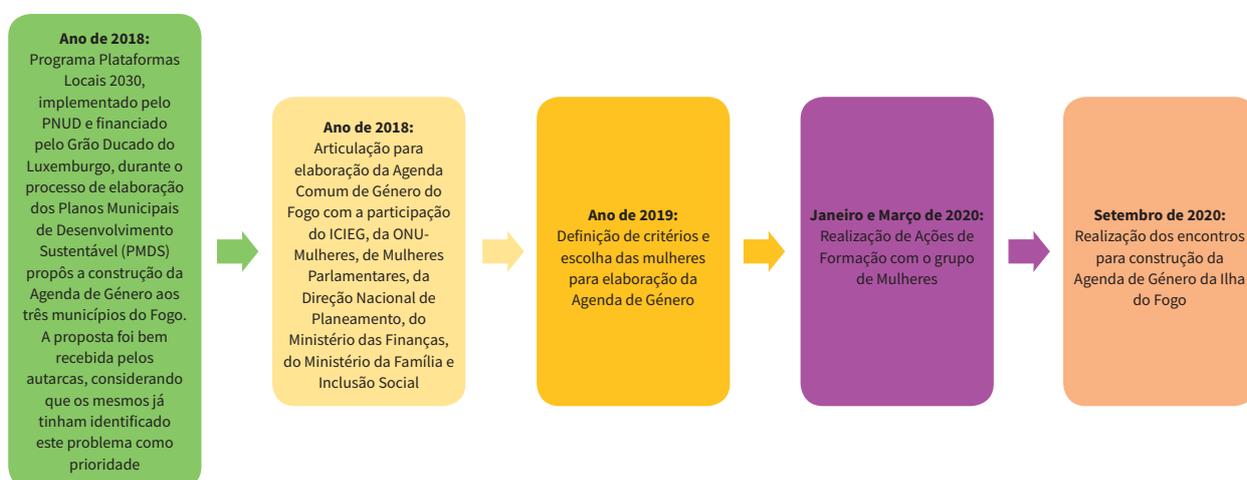
Nesses dias as mulheres voltaram à elaboração dos compromissos e demandas iniciado anteriormente. Por meio de uma metodologia participativa, com base em dados mais gerais das desigualdades de género em Cabo Verde e nos diferentes municípios do Fogo¹ e em recursos lúdicos, estimulou-se o debate sobre as formas de manifestação das questões de género na realidade quotidiana da ilha e a identificação daquelas questões cujo combate lhes parecia ser prioritário. A retoma do debate pretendia criar a oportunidade para que, de forma coletiva e com base em mais informações, as mulheres confirmassem/negassem e aprofundassem suas propostas de ações prioritárias para maior igualdade de género na ilha.

¹ Foram usadas informações e observações disponíveis nos Planos Estratégicos Municipais de Desenvolvimento Sustentável dos respetivos municípios da ilha, no Plano Nacional de Igualdade de género (2015-2018) e em publicações do INE.

Este documento é, assim, resultado de um exercício de compreensão partilhada por líderes locais quanto aquilo que são as principais necessidades para uma maior autonomia - física, económica e na tomada de decisões -, das mulheres da ilha do Fogo.

Importa anotar, por último, que, considerando o seu papel essencial, foram entrevistados responsáveis das Câmaras Municipais e representantes das organizações da sociedade civil que trabalham com questões de género nos municípios, de forma a obter outros detalhes da situação de género nos diferentes municípios.

Figura 1 Linha do Tempo: Processo de Elaboração da Agenda de Género

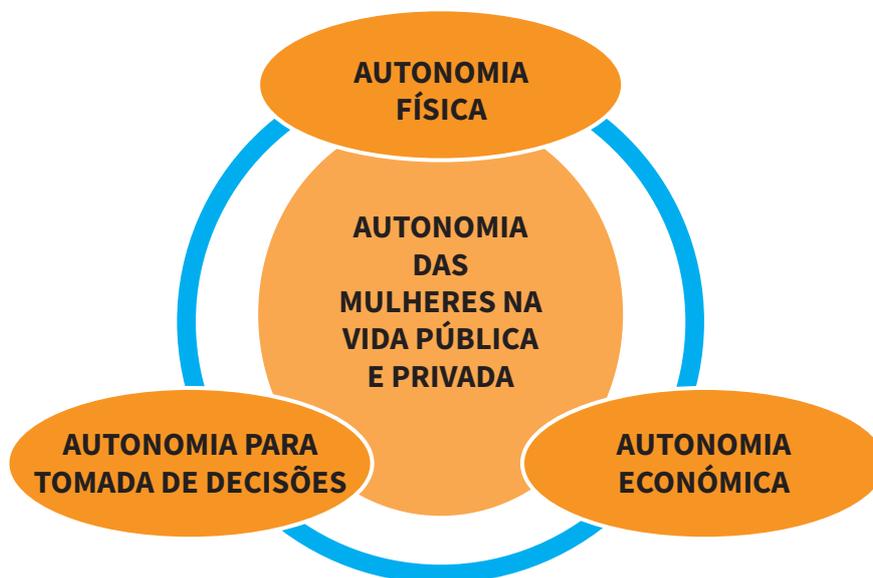


II PREOCUPAÇÕES E PROPOSTAS DA COLIGAÇÃO DAS MULHERES DA ILHA DO FOGO

Na presente seção, encontram-se as preocupações da Coligação de Mulheres da ilha do Fogo em relações aos desafios que existem na ilha para que as mulheres gozem de maior autonomia - Física, Económica e Política. Para cada preocupação levantada elas apresentam propostas de ação, que também estão incorporadas aqui. As preocupações estão expostas no item “O que mais preocupa” e as suas propostas estão no tópico “Que propostas?”.

Porque se fala em Autonomia (Física, Económica e na tomada de decisões) como um objetivo importante para a Igualdade de Género?

A autonomia é utilizada aqui como capacidade. Portanto, fala-se das condições que devem ser promovidas para que mulheres e homens sejam *capazes* de usufruir dos seus direitos. A defesa da autonomia é destinada a fortalecer as mulheres na sua relação com os homens, de modo a alcançar, na prática, relações de género baseadas na igualdade.



A autonomia das mulheres, na vida privada e na vida pública, é fundamental para garantir o exercício dos direitos humanos. A capacidade para gerar receitas próprias e controlar os ativos e recursos (autonomia económica), o controlo da sua vida reprodutiva (autonomia física) e a plena participação nas decisões que afetam a sua vida e a da sua coletividade (autonomia na tomada de decisões) são os três pilares da igualdade de género e de uma cidadania paritária.

(CEPAL, El Estado frente a la autonomía de las mujeres, 2012, p. 55, tradução nossa)

II.1 AUTONOMIA FÍSICA

A autonomia física se expressa em duas dimensões: os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e a violência de género.

Ao referir-se à autonomia física pretende-se abordar os desafios que ainda existem para que mulheres e homens possam exercer livremente as suas escolhas em termos de sexualidade e de reprodução. Promover autonomia física é, neste sentido, considerar as barreiras que limitam a livre decisão sobre o uso do próprio corpo e garantir que as escolhas no campo da vida sexual e reprodutiva sejam respeitadas.

Nesta luta por estabelecer relações de género pautadas pela igualdade, tem-se alcançado maior reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e de outros sujeitos sociais, normalmente discriminados, como os que pertencem ao grupo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais).

Em Cabo Verde, um passo importante neste sentido foi a aprovação da Lei da VBG, Lei Especial contra Violência Baseada no Género - Lei nº84°/VII/2011 de 10 de Janeiro.

Lei nº 84/VII/2011 de 10 de Janeiro, artigo 3º, define a VBG como:

“Todas as manifestações de violência física ou psicológica, quer se traduzam em ofensas à integridade física, à liberdade sexual, ou em coacção, ameaça, privação de liberdade ou assédio, assentes na construção de relações de poder desiguais, designadamente pelo ascendente económico, social, cultural ou qualquer outro, do agressor relativamente ao ofendido”.

Esta lei reconhece que a violência que acontece no seio das relações amorosas e sexuais resulta da “desigualdade de poder entre homens e mulheres historicamente construída e que afeta, em sua maioria, as mulheres”.

Obviamente que existe a questão do PODER, ou seja, das condições objetivas e subjetivas que existem na realidade e que permitem a violação dos direitos sexuais e reprodutivos de sujeitos sociais mais discriminados, chegando muitas vezes ao uso da violência física e/ou psicológica.

Em Cabo Verde, em 2015, foram registadas 3.002 ocorrências de VBG, representando 11,6% do total das ocorrências desse ano, sendo que em 89% as vítimas de VBG eram indivíduos do sexo feminino e 89,5% dos autores de VBG eram indivíduos do sexo masculino (INE, Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e números, 2017, p. 78-79).

O contexto de dependência económica e a base cultural estão entre os fatores que facilitam as violações de direitos. Sabe-se que “uma parte considerável da sociedade cabo-verdiana (sobretudo no meio rural) aceita o uso da violência física como forma de educar as mulheres” (PNIG, 2015-2018), embora se veja uma tendência à mudança, a partir dos mecanismos de aplicação da Lei da VBG que além de medidas de punição e responsabilização do agressor, também inclui ações de sensibilização e apoio às vítimas.

Além das medidas relacionadas à VBG, em Cabo Verde existem serviços voltados para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos no campo específico da saúde, desde o pós-independência: primeiro o programa de Proteção Materno Infantil /Planeamento Familiar e Programa Alargado de Vacinação, PMI/PF/PAV e, a partir de 2001, o Programa Nacional de Saúde Reprodutiva, PNSR.

Em seu conjunto estes programas alcançaram ganhos significativos, sobretudo em termos de mortalidade materna e infantil, mas há relatos que apontam para a falta de preparação das estruturas e dos profissionais para a atenção nesta matéria (ver, por exemplo, Villella e outros, 2018).

Portanto, existe um entramado de fatores, impossíveis de serem todos discutidos aqui, que influenciam na obtenção da autonomia física pela mulher. E é tendo estes fatores como pano de fundo que as mulheres da Coligação da ilha do Fogo realizaram o exercício de identificar as situações que, no seu quotidiano, mais dificultam a alcançar a autonomia física.

O que mais preocupa

Os debates entre as mulheres da Coligação de Mulheres da ilha do Fogo indicaram que em suas comunidades existe “pouco controle sobre o corpo por parte das mulheres” e ressaltaram que elas se sujeitam, com frequência, à vontade dos homens.

Os julgamentos morais e o hábito de se fazer comentários entre vizinhos estariam entre as principais razões que dificultam a liberdade de escolha das mulheres na ilha. Neste campo, referem-se, como exemplo, à crença, por parte dos homens, de que o facto das mulheres usarem o método contraceptivo é sinal de traição e o receio, por parte das jovens sem filhos, de serem vistas nas estruturas de SSR, podendo indicar que deram início à sua vida sexual.

No que toca à oferta de serviços, a desconfiança em relação às e aos profissionais de saúde põe em evidência que o hábito de comentar afeta, também, o acesso e a qualidade dos serviços de saúde reprodutiva na ilha. A falta de sigilo profissional é, na leitura destas mulheres, um elemento que faz com que muitas delas não recorram a tais serviços.

As normas e valores morais da sociedade fogueense estariam ainda, também, na base da aceitação e legitimação da violência contra a mulher, considerando-se que existe uma certa normalização da violência contra a mulher. No lugar de denunciar, normalmente há preferência

por reconciliar vítima e agressor sendo frequente na ilha práticas de homicídio seguido de suicídio².

No entanto, além dos elementos do campo simbólico ou dos valores e hábitos, as mulheres do Fogo chamam atenção para a qualidade das respostas em caso de violência por parte das estruturas judiciais, referindo-se, sobretudo, ao problema da lentidão na resolução dos casos de VBG. Partindo da ideia de que os tribunais são ineficientes afirmam que “não vale a pena” denunciar os crimes de VBG.

Sinteticamente, as mulheres referem-se, como principais obstáculos à autonomia física na ilha:

1. A aceitação do uso da violência física pela sociedade
2. Práticas de controlo do homem em relação à mulher
3. A ausência do planeamento familiar (21% das mulheres da ilha do Fogo que dizem não querer ter filho ou não no momento, não usam nenhum método anticoncepcional), sendo que os dados preliminares do III IDSR 2018 mostram que de forma geral, em Cabo Verde há uma diminuição da utilização de métodos anticoncepção modernos e tradicionais nas mulheres em situação de união e que a percentagem de utilização de métodos anticoncepção nas mulheres “não-unidas” é semelhante a das “em união” (51% e 54,6% respetivamente)
4. A VBG (que ronda os 30%, superior à média nacional que é de 23%)
5. Os casos de VIH/SIDA entre as mulheres

Que propostas?

As propostas elencadas pelas mulheres assinalam a importância que atribuem à mudança dos valores comunitários, construídos e reproduzidos ao longo dos anos. Focam-se, assim, em atividades de sensibilização nos mais diferentes espaços de socialização: desde a família, às escolas e comunidades.

Tendo por referência a cultura local, demonstram a necessidade promover o acesso aos serviços de SSR, seja a partir da realocação destes serviços, seja por sua disposição em lugares onde são hoje inexistentes.

A melhoria da qualidade técnica daqueles que fazem atendimento às situações de VBG é, também, parte deste conjunto de propostas.

² Os dados do III IDRS (2018) apontam para uma diminuição de 37% em 2005 para 11,4% em 2018 de mulheres que, na ilha do Fogo, declaram estar de acordo que há razões que justificam que o marido agrida a esposa. O inquérito mostra, ainda, que há uma diminuição dos casos de violência contra a mulher, mas na faixa etária até aos 39 anos, porém de 40 aos 49 não há melhorias significativas.

O QUE PREOCUPA	PROPOSTAS
1. Aceitação do uso da violência física pela sociedade	<ul style="list-style-type: none"> • ONGs que trabalham na área de gênero devem desenvolver ações de sensibilização e formação das associações comunitárias e das comunidades sobre VBG • Sensibilização dos residentes na ilha sobre a importância de implementação de uma sociedade igualitária e livre para as mulheres • Promoção de ações de IEC, nas escolas básicas e secundárias, de combate e prevenção da VBG • Reforçar as atividades de prevenção da VBG junto das crianças e dos jovens
2. Práticas de controlo do homem em relação à mulher	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de informação com os companheiros • Sensibilização dos homens da comunidade (debate sobre masculinidade e divisão do trabalho doméstico) • Desenvolvimento de ações de formação com homens sobre SSR com objetivo de permitirem as mulheres a aceder aos serviços
3. A ausência do planeamento familiar, sendo 21% das mulheres da ilha do Fogo que dizem não querer ter filho ou não no momento, não usam nenhum método anticoncepcional.	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar capital sexual (capacidade de tomar decisões sobre a vida sexual e reprodutiva) nos serviços de saúde, nas famílias e na comunidade • Ações de sensibilização nas comunidades sobre a importância da frequência aos serviços de SSR. • Realocação dos serviços de SSR em espaços não hospitalares, garantindo assim a descrição no acesso. • Alargamento dos serviços de saúde sexual e reprodutiva às comunidades mais distantes • Criação, nas escolas, de espaços de aconselhamento, debate e informação sobre temas relacionados à SSR.
4. A VBG, que embora em 2018 tenha registado uma diminuição em 24% em relação a 2005 (III IDRS) tem sido superior à média nacional (21,5%)	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a capacidade técnicas dos atores que trabalham no atendimento à vítima em matéria da Lei VBG, técnicas de atendimento, trabalho em rede etc. • Reforçar as atividades de prevenção da VBG junto das crianças e dos jovens
5. Os casos de VIH/ SIDA entre as mulheres	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar de forma conjunta, pelo MS, CCS-SIDA e ONGs, ações de IEC sobre a prevenção de VIH nas comunidades da ilha.

II.2 AUTONOMIA ECONÓMICA

A autonomia económica é a capacidade de as mulheres gerarem rendimentos e recursos próprios a partir do acesso ao trabalho remunerado em igualdade de condições com os homens.

A autonomia económica refere-se à capacidade de gerar e dispor livremente de ativos e bens de consumo, assim como o acesso à terra, à tecnologia, aos processos formativos, às fontes de financiamento e crédito, às atividades de geração de renda, entre outros. Na sociedade contemporânea, a inserção económica das pessoas se dá, prioritariamente, por sua participação no mercado de trabalho. E ao referirmos à inserção no mercado de trabalho, faz-se necessário, discutir o conceito de trabalho decente, ou seja, o trabalho que se realiza de forma igualitária e segura e que pressupõe benefícios de proteção social aos trabalhadores e às trabalhadoras.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), trabalho decente é um "*trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna*".

Assim, um dos desafios principais que se apresenta, ao desenvolver ações que contribuam para a autonomia económica das mulheres, é garantir que as mesmas tenham condições asseguradas de ingresso, permanência e sucesso ao mercado de trabalho decente. Além desta garantia ser um direito das mulheres, sua promoção é fundamental para a proteção das famílias, das futuras gerações e de desenvolvimento sustentável, já que estudos revelam que a autonomia económica das mulheres é crucial para combater a pobreza e garantir melhorias no campo do bem-estar social. Estudos e pesquisas também têm apontado que uma das razões das mulheres se manterem em condição de inatividade ou terem dificuldade de ingresso ao mercado de trabalho são as tarefas de cuidado e de atividades domésticas (atividades não remuneradas) que, histórica e culturalmente, lhe têm sido reservadas.

E, se olharmos para os dados do IMC publicado em 2021, para a ilha do Fogo, efectivamente há também na realidade desta ilha mais jovens mulheres na situação de inatividade do que homens. Estes dados mostram que a percentagem da população jovem (15 a 24 anos) que está desempregada e que não frequenta nenhum estabelecimento de ensino ou formação é maior entre as mulheres em todos os municípios da ilha: 65,3% no município dos Mosteiros (57,3% homens); 53,1% em São Filipe (36,7% de homens) e 47% em Santa Catarina do Fogo (24,6% homens). Parte significativa do tempo das mulheres é dedicado ao trabalho doméstico que é também uma atividade laboral, visto que implica o uso do tempo, desgaste de energia e saberes específicos, embora na maioria das vezes não remunerado e com importantes consequências na vidas das mulheres. Dedicar determinado número de horas ao trabalho doméstico e/ou ao cuidado da família implica dedicar menos tempo ao processo de formação, ao trabalho remunerado e, também, à participação em espaços de decisão política.

Além do tempo e esforços dedicados ao trabalho doméstico, ao se discutir a autonomia económica das mulheres, outro aspeto relevante a se considerar é o fato de que quando as mulheres ingressam no mercado de trabalho, muitas vezes, se dá em atividades informais e/ou consideradas “femininas” (setor de comércio e serviço) e de menor remuneração. Essas condições estão presentes na realidade cabo-verdiana, onde *os principais ramos de atividade das mulheres são o comércio, a agricultura e o emprego doméstico, todos marcados pela informalidade e pelo baixo rendimento. No setor informal 62,5% das iniciativas são de mulheres e 88,9% em regime de auto-emprego, em áreas pouco produtivas e rentáveis* (PEDS 2017-2021, p. 36)

Ao admitirmos como válidos os dados que indicam que as mulheres têm menor participação no mercado formal de trabalho ou quando conseguem ingressar recebem menor remuneração, conseqüentemente, temos que reconhecer que as mulheres estão sujeitas à menor proteção social e terão menos chances de terem acesso aos benefícios sociais e aposentadorias. Esse é um “círculo vicioso” que precisa ser quebrado.

Essas condições são agravadas para as mulheres migrantes e/ou que vivem nas áreas rurais, visto que os fatores de discriminação, às particularidades do contexto no qual estão inseridas e as dificuldades de acesso aos processos de formação contribuem para dificultar o acesso das mesmas às oportunidades de geração de rendimento e ao mercado de trabalho.

Em Cabo Verde, há algumas ações previstas em diferentes planos e programas de governação (Programas de Governo, PEDS, PEMDS, Planos Nacionais de Igualdade de Género) que buscam gerar o maior acesso das mulheres ao mercado de trabalho e/ou iniciativas de geração de rendimento, porém faz-se necessário que tais propostas sejam efetivadas por meio da implementação de políticas articuladas e sistemáticas que contribuam para modificar as desigualdades estruturais de gênero que impactam na autonomia económica das mulheres.

O que mais preocupa

As discussões protagonizadas pelas mulheres revelaram que as mesmas têm consciência que a dependência económica e a pobreza constituem um condicionante importante para que rompam o ciclo de violência que vivenciam e/ou terem disponibilidade e acesso a espaços de decisão.

Partindo dessa premissa, as demandas apresentadas e discutidas apontam na direção de superar alguns desafios estruturais relacionados à questão do desemprego, à inserção das mulheres no mercado pela via informal, conseqüentemente, à falta de proteção legal e previdenciária. Para as mulheres a alta taxa de desemprego deve-se a falta de um quadro formativo ajustado à realidade da ilha, uma vez que o que se tem verificado são programas formativos definidos para outras realidades e que são ali implementadas sem qualquer ajuste, desconectados às demandas e ao contexto locais. Deve-se destacar ainda, no que se refere

especificamente ao processo de formação das meninas, que existe uma orientação para aconselhá-las a ingressarem em cursos considerados masculinos, e o que se constata é que as meninas acabam por abandonar o curso devido ao *bulling* sofrido por parte dos colegas (homens). Nesse sentido, destacam a necessidade de criação de mecanismos que incentivem as meninas e as mulheres a diversificarem atividades económicas com base na formação, de forma a que estejam mais conectadas com as demandas do mercado de trabalho.

Considerando tais questões como “pano de fundo”, os problemas e desafios prioritários no campo da autonomia económica apontados pelas mulheres são os seguintes:

1. O desemprego que atinge mais mulheres do que homens
2. A falta de dados oficiais desagregados por sexo sobre o trabalho remunerado e não remunerado
3. O desemprego que afeta sobretudo a faixa etária dos 15 a 24 anos de idade e é maior entre as mulheres
4. A taxa de inatividade muito elevada no Fogo com especial foco nas mulheres; é o caso do município dos Mosteiros onde a taxa chega 78,9% população feminina
5. A necessidade de formalização das mulheres vendedeiras que operam no mercado informal na Ilha do Fogo
6. O desafio de aumentar o número de postos de trabalho na área da agricultura para as mulheres, contribuindo, assim, para a diminuição da fome.
7. A necessidade de criar condições, no setor privado, para recrutar mulheres que trabalhem nas TIC na ilha do Fogo
8. A ausência de uma lei de defesa das(os) trabalhadoras(es) não remuneradas(os)

Que propostas?

As mulheres, de forma participativa, apresentaram propostas para cada problema e/ou demanda que foi discutida e validada como prioridade no campo da autonomia económica.

Dentre as propostas apresentadas, evidencia-se a preocupação constante de pensar alternativas e ações que contribuam para criação de mecanismos (contemplando também o processo de formação) que incentivem as meninas e as mulheres a diversificarem atividades económicas, de forma a que estejam mais conectadas com as demandas do mercado de trabalho local.

O QUE PREOCUPA	PROPOSTAS
1. Desemprego atinge mais as mulheres	<ul style="list-style-type: none"> Trabalhar junto do IEFP com vista a desenvolver um plano de formação e sensibilização das meninas para as áreas ditas masculina; Desenvolver ações de benefícios a nível da tributação municipal às empresas locais que empregam mulheres
2. Ausência de dados desagregados por sexo sobre trabalho remunerado e não remunerado	<ul style="list-style-type: none"> Cada município deve produzir e divulgar de forma simples e acessível os dados desagregados por sexo relativo ao trabalho remunerado e não remunerado
3. Desemprego que afeta, principalmente, a população jovem e as mulheres	<ul style="list-style-type: none"> Sensibilizar os jovens com destaque para meninas para optarem por áreas formativas com maior empregabilidade na ilha. Os centros de formação devem definir programas formativas com base na realidade do mercado da ilha evitando cursos não ajustados às necessidades do mercado
4. Elevada taxa de inatividade, especialmente na população feminina	<ul style="list-style-type: none"> Os decisores nacionais e locais devem desenvolver medidas que incentivem o investimento por parte de empresários nacionais e internacionais e de emigrantes nas áreas de vinicultura, turismo, transformação de alimentos e artesanato.
5. Necessidade de formalização das mulheres vendedoras que operam no mercado informal	<ul style="list-style-type: none"> O INPS deve desenvolver uma campanha de sensibilização e informação específica para este grupo sobre a importância e os benefícios de formalização do trabalho que exercem O INPS, em concertação com as Câmaras Municipais e a Direção Geral de Solidariedade, deve desenvolver um processo simplificado de formalização das mulheres que trabalham no mercado informal e das que trabalham em casa.
6. Desafio de aumentar o número de postos de trabalho para as mulheres na área da agricultura	<ul style="list-style-type: none"> O Ministério da Agricultura, em concertação com as câmaras municipais, deve desencadear um processo de atribuição de títulos de terra às mulheres pobres da ilha. As ONGs locais devem desenvolver projetos de sensibilização sobre a importância e benefícios das mulheres possuírem títulos de terra. As associações de microcrédito devem desenvolver pacotes de crédito ajustados a esses grupos, de modo a que as mulheres tenham recursos para investir nas terras que lhes serão disponibilizadas
7. Necessidade de criar condições no setor privado para recrutar mulheres que trabalham nas TIC	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver ações de sensibilização das empresas privadas para a empregarem as mulheres na área das TICs
8. Ausência de uma lei de defesa das(os) trabalhadoras(es) não remuneradas(os)	<ul style="list-style-type: none"> Definir, a nível nacional, uma lei que regula o trabalho doméstico não remunerado, sobretudo aspeto ligados ao não acesso ao sistema de Segurança Social

II.3 AUTONOMIA POLÍTICA E NA TOMADA DE DECISÃO

A autonomia na tomada de decisões se refere à presença e participação das mulheres nos distintos níveis dos poderes do Estado.

A relação entre a representação das mulheres nos processos de decisão e as políticas públicas motivou um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a reconhecer a paridade de género como uma condição para a construção de um mundo pacífico, próspero e sustentável e estabelecer como meta a “garantia da participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”. Anteriormente aos ODS, a Plataforma de Ação de Beijing de 1995 também pactuou junto aos países signatários o compromisso com a inclusão de mulheres na política e a transversalização da temática de género em diferentes instâncias políticas.

A representação das mulheres na política tem sido motivo de crescente debate a nível global e nacional, em razão da baixa presença feminina, tanto em democracias consolidadas quanto em democracias recentes. No caso de Cabo Verde, a inexistência de uma condição paritária das mulheres em cargos institucionais e eletivos impõe questionamento ao sistema democrático, pois exclui a perspectiva das mulheres nas decisões, fazendo com que haja baixa representação de seus interesses, prioridades e experiências de vida nas medidas importantes tomadas no país.

A fraca participação política das mulheres tem transparecido nos sucessivos resultados eleitorais, sendo que nas eleições legislativas de 2016, elegeu-se para o parlamento apenas 23,6% de deputadas do sexo feminino, tendo o primeiro elenco governamental formado pelo Primeiro-ministro eleito menos de 25% de mulheres.

Por conseguinte, o destaque para a aprovação da Lei de Paridade n.º 68/IX/2019, que fixa a obrigatoriedade de constituição das listas de candidatura para Assembleia Nacional, Autarquias Locais, outros caros electivos e cargos de decisão de forma paritária, de modo a garantir a efectiva igualdade de participação entre homens e mulheres. Pois, o impacto desta Lei mudou completamente o cenário político nas Autarquias Locais. Actualmente, Cabo Verde conta com 200 mulheres, equivalente a 41,6% das mulheres e 280 homens nas Câmaras Municipais. Para o cargo de vereador, 40,6% são mulheres e 59,4% são homens. Nas Assembleias Municipais, 41,8% são mulheres e 58,2% são homens. Portanto, tem-se paridade nas Autarquias Locais (ICIEG, 2021).

Com relação à ilha do Fogo, segundo os dados das eleições autárquicas de 2020, dos dezassete (17) vereadores eleitos, sete (7) são mulheres e dez (10) são homens e, nas Assembleias Municipais, dos quarenta e três (43) deputados eleitos, dezassete (17) são mulheres e trinta e seis (26) são homens. Esses dados mostram, de facto, o impacto dos trabalhos desenvolvidos em

prol da igualdade de género se têm feito, nomeadamente o advocacy e a Agenda Comum de Género, que tanto a nível nacional como a nível municipal tem melhorado consideravelmente a participação política das mulheres nos órgãos autárquicos. Neste sentido, é fundamental destacar o papel do ICIEG, enquanto instituição responsável para formulação de políticas da igualdade e equidade do género, e também dos parceiros nacionais e internacionais, que, em diferentes níveis, têm colaborado para a transversalização do género nos planos estratégicos do desenvolvimento local e num modelo de governação participativa, inclusiva e paritária.

O que mais preocupa

O processo da construção da Agenda com as mulheres do Fogo fez despertar nas mesmas uma consciência da fraca participação das mulheres, a nível local, no processo de tomada de decisão, destacando ser um problema transversal aos cargos eletivos, de nomeação ou de gestão comunitária. Identificaram a pobreza económica e de tempo que gera dificuldades para a conciliação entre a vida pública e privada, além do machismo exacerbado (que resulta num forte controle social e familiar e na consideração da mulher como um ser inferior) e a fraca abertura dos partidos políticos em construir lista paritárias como algumas das causas que condicionam a participação das mulheres.

Assim, tendo em conta este contexto local, elas identificam um conjunto de questões-problema, como:

1. O pouco conhecimento dos responsáveis político-partidários locais quanto ao PEMDS, de forma geral, e às medidas propostas pelo documento para promoção da igualdade de género em particular.
2. A necessidade de uma maior articulação local entre os diferentes atores locais (partidos, ONGs e a coligação de mulheres) com vista à promoção da participação política das mulheres.
3. A sobrecarga das mulheres com as tarefas doméstica e o controlo da sociedade, da família e do companheiro, como grandes entraves à sua participação nas esferas de decisão.
4. O machismo exacerbado da sociedade e, principalmente, dos homens, que muitas vezes consideram as mulheres como seres inferiores, sem capacidade e sem dignidade para ocupar cargos que historicamente e socialmente são legitimadas como masculinas, intimida as mulheres a não participarem.
5. As mulheres, muitas vezes, se mostraram indisponíveis para integrarem as listas eleitorais e/ou outros cargos de decisão devido à falta de formação e informação que condicionam o seu empoderamento.

Que propostas?

A perspetiva participativa que está na base de todo o processo da elaboração da agenda, permitiu às mulheres identificar um conjunto de demandas e propor diversas medidas que deverão ser tomadas pelos diferentes atores para alteração do cenários da participação das mulheres nas esferas de tomada de decisão na ilha.

As propostas apresentadas estão vinculadas à necessidade do reforço de ações de formação, informação e sensibilização a diversos níveis, bem como à necessidade de criação de mecanismos de monitorização do processo de implementação de várias medidas, nacionais e locais, para a promoção da igualdade de género.

O QUE PREOCUPA	PROPOSTAS
1. Dados das últimas eleições autárquicas de 2016 revelam que o percentual de mulheres eleitas nas Câmara Municipal e no órgão Assembleia Municipal ficaram abaixo dos 20%	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de formação e sensibilização direcionados aos dirigentes partidários sobre a Lei de Paridade e a participação política das mulheres. • Criação de um comité local para monitorização da implementação da lei de paridade na ilha • Alargar o trabalho desenvolvido com as mulheres da coligação a outras mulheres da ilha • Realizar ações de IEC nas comunidades sobre a importância da participação das mulheres na política
2. A presença feminina na liderança das associações comunitárias: é quase inexistente (ficando abaixo dos 10%) a presença das mulheres em cargos de decisões comunitárias	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de formações dos homens líderes sobre a Paridade, e igualdade de género • Desenvolver ações de IEC nas comunidades, nas escolas com diversos grupos sobre a igualdade de género e o respeito pela participação das mulheres na vida comunitária • Desenvolvimento de ações de formação direcionadas às mulheres e aos homens, especialmente os maridos, sobre a importância de participação das mulheres nas esferas de tomadas de decisão • Desenvolver ações de sensibilização voltadas às empresas para garantirem condições que viabilizem a ocupação pelas mulheres de cargos de liderança
3. As empresas na ilha têm poucas mulheres em cargos de chefias e são raras as vezes que as mulheres lideram as empresas.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de sensibilização voltadas às empresas para garantirem condições que viabilizem a ocupação pelas mulheres de cargos de liderança

4. São várias as causas da fraca participação política das mulheres, e uma delas tem a ver com o fato das mulheres ocuparem-se das tarefas domésticas, restando-lhes pouco tempo para o trabalho político.

- Criação e/ou promoção por parte das câmaras municipais de criação de serviços de cuidados (creches, centro de idosos, serviços para pessoas com deficiência) com horário alargado nos principais centros urbanos da ilha.
- Sensibilização dos homens para partilha de tarefas domésticas.

5. As mulheres ocupam uma posição subalterna nas listas eleitorais, preenchendo maioritariamente os últimos lugares das listas e em lugares não elegíveis

- Formar as mulheres sobre a participação na política, liderança e comunicação assertiva
- Desenvolver ações de *lobby* e *advocacy* para ocupação de cargos diretivos pelas mulheres nos partidos.



III RECOMENDAÇÕES

O desafio de construir uma agenda para igualdade de gênero não se esgota em sua elaboração, ao contrário, quanto mais complexa uma situação se apresenta, maior é o desafio para superação conjunta. Nesse contexto, é crucial que as mulheres possam assumir o papel de protagonistas na apresentação de alternativas para os problemas que vivenciam em seus quotidianos.

Obviamente, a implementação das ações e estratégias apresentadas nesta agenda pressupõe que os diferentes atores (gestores públicos, empresas, universidades, escolas, poder judiciário, representantes de ONG's e associações comunitárias, executores das políticas públicas, entre outros) assumam suas responsabilidades e revejam suas práticas.

Para continuidade desse processo, alertamos para a importância de todas as proposições apresentadas pelas mulheres e, como recomendação para continuidade e sustentabilidade do processo, assinalamos a importância da construção de um Plano de Ação. De forma esquemática, as etapas a serem desenvolvidas para construção e monitoramento de um Plano de Ação podem ser sintetizadas em duas macro atividades: articulação política e institucional e a realização de um encontro para elaboração do referido Plano.

1. Articulação Político-Institucional: Considerando que a Agenda de Gênero se constitui em um documento de *advocacy*, a primeira estratégia a ser observada consiste na articulação política e institucional junto aos gestores públicos e sociedade civil com vistas à implementação da referida Agenda. Nessa perspectiva, quanto mais atores organizados (poder público, ONG's, associações comunitárias, setor privado, partidos políticos, universidades, escolas, cooperação internacional) estiverem reunidos e mobilizados, maior será o potencial de execução das ações propostas pela Coligação de Mulheres Líderes da Ilha do Fogo. Os principais objetivos desta etapa devem ser promover a mobilização das forças locais para a sua necessária sensibilização em torno da questão de Gênero e apresentar a Agenda Comum de Gênero da Ilha do Fogo. A articulação política e institucional deve contribuir, portanto, para garantir o compromisso dos gestores e técnicos para que as ações propostas sejam validadas e estejam interligadas e integradas, considerando os diferentes níveis de gestão e as competências de cada ator envolvido (governamental e/ou não governamental).

2. Encontro de Construção do Plano de Ação³: como uma das estratégias de articulação político-institucional (podem e devem ser pensadas outras estratégias), uma ação fundamental é a realização de um Encontro. É nesse encontro que se deve apresentar a Coligação das Mulheres Líderes do Fogo e a Agenda de Gênero por elas construída, para que a partir daí se elabore, de forma participativa, um plano de ação.

³ Em anexo, apresentamos uma proposta de estrutura de Plano de Ação

Uma atividade aparentemente simples (realização de um Encontro), constitui-se estratégica, considerando os objetivos da mesma:

Objetivos Gerais do Encontro:

- mobilizar os atores locais para o (re)conhecimento da realidade acerca da questão de género, bem como, apresentar a agenda com as proposições das mulheres líderes para o enfrentamento dos problemas identificados; e
- efetivar, por meio da construção de um plano de ação, os objetivos e metas, estabelecidos de forma conjunta, para a implementação da Agenda Comum de Género da Ilha do Fogo.

Objetivos Específicos:

- definir as atividades a serem desenvolvidas para a efetiva superação dos problemas identificados (validar as ações propostas pela Coligação das Mulheres Líderes da Ilha do Fogo);
- mapear as potencialidades políticas, técnicas e institucionais e locais capazes de produzir as respostas efetivas às situações levantadas;
- identificar e indicar as organizações responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, bem como aquelas que, por sua natureza ou capacidade, podem ser parceiras na consecução dessas atividades;
- construir indicadores para o seguimento e a avaliação das ações e estratégias elencadas no Plano de Ação para implementação da Agenda de Género da Ilha do Fogo.

A construção do Plano de Ação aliada às recomendações que se seguem são fundamentais para continuidade do processo de fortalecimento das ações que buscam promover autonomia física, económica e política e para tomada de decisões das mulheres na Ilha do Fogo:

- garantir assessoria técnica continuada para as mulheres integrantes da Coligação da Ilha do Fogo, contribuindo para seu fortalecimento;
- integrar as ações propostas na Agenda de Género da Ilha do Fogo ao planeamento das ações previstas no âmbito municipal com vistas a garantir a igualdade de género (exemplo, os Planos Estratégicos Municipais e Nacional de Desenvolvimento Sustentável)
- criar mecanismos de articulação institucional, com a efetiva representação e participação da Coligação das Mulheres da Ilha do Fogo na definição e monitoria da implementação das ações aqui propostas;

- realizar um processo contínuo e sistemático de monitoria da implementação da Agenda de Género da Ilha do Fogo (e do seu respectivo Plano de Ação), observando, especialmente,
 - a) definição de indicadores de monitoramento e avaliação que possam considerar diversas realidades: mulheres com deficiência, mulheres rurais, mulheres do grupo LGBT;
 - b) ações executadas e seus impactos;
 - c) principais fatores que vulnerabilizam a operacionalização da Agenda;
 - d) o nível de compromisso político e institucional dos parceiros
 - e) ações que podem/devem ser revistas.

Considerando que boa parte das demandas das mulheres reafirmam problemas já identificados em diversos documentos, nomeadamente nos Programas Nacionais de Igualdade de Género e nos Planos Nacionais de Combate à Violência de Género, este exercício de fiscalização e seguimento do processo de aplicação das propostas (inclusive as desta Agenda) mostra-se ainda mais indispensável para alcançar, como eficiência, a meta da igualdade de género.

Por último, aconselha-se que os esforços empreendidos para a produção deste documento, sejam adotados como parte de um programa de estímulo contínuo à promoção da “voz das mulheres” no diálogo com o Estado. Este diálogo, quando sistemático, permite garantir que as propostas e a execução das políticas públicas em matéria de igualdade de género sejam não só democráticas, como inspiradas nas reivindicações e proposições das mulheres e considerem as especificidades locais.



IV BIBLIOGRAFIA

ASSEMBLEIA NACIONAL DE CABO VERDE. Lei Especial contra Violência Baseada no Género - Lei n84º/VII/2011 de 10 de Janeiro. Assembleia Nacional de Cabo Verde. Praia, Cabo Verde.

CÂMARA MUNICIPAL DOS MOSTEIROS. Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável dos Mosteiros 2019-2022. Programa das Plataformas para o Desenvolvimento Local e Objetivos 2030 em Cabo Verde – PNUD e Ministério das Finanças (MINFIN). Cabo Verde.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CATARINA DO FOGO. Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina do Fogo. Programa das Plataformas para o Desenvolvimento Local e Objetivos 2030 em Cabo Verde – PNUD e Ministério das Finanças (MINFIN). Cabo Verde.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FILIPE. Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável de São Filipe 2018-2022. Programa das Plataformas para o Desenvolvimento Local e Objetivos 2030 em Cabo Verde – PNUD e Ministério das Finanças (MINFIN). Cabo Verde.

CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). El Estado frente a la autonomía de las mujeres. Julio de 2012. Santiago de Chile.

GOVERNO DE CABO VERDE. Plano Estratégico de Desenvolvimento Social (PEDES) 2017-2021. Governo de Cabo Verde. Praia.

INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA A IGUALDADE E EQUIDADE DE GÊNERO (ICIEG). Plano Nacional de Igualdade de Género, 2015-2018. Uma agenda Conjunta para fazer a diferença. Versão final, Novembro de 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Estatísticas do Mercado de Trabalho, Inquérito Multiobjectivo Contínuo (2017): Praia, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF): Praia, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Apresentação dos principais resultados preliminares do IDSR-III 2018. Praia, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e números. PRAIA, 2017.

VILLELA, Wilza; Lima, Redy e Brito, Fernandes. O Programa Nacional de Saúde Reprodutiva de Cabo Verde: alcances, limites e desafios. Ciência & Saúde Coletiva. 2018; Vol 23 (11): p. 3631-36.

V ANEXOS



AGENDA COMUM DE GÊNERO DA ILHA DO FOGO

PROPOSTA DE ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO⁴

ILHA DO FOGO					
AUTONOMIA FÍSICA					
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	AÇÕES/ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS ⁵	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	PARCEIROS	INDICADORES DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
1. Aceitação do uso da violência física pela sociedade	ONGs que trabalham na área de gênero devem desenvolver ações de sensibilização e formação das associações comunitárias e das comunidades sobre VBG	ONGs Locais Coligação da Mulheres do Fog	ICIEG, Câmaras Municipais do Fogo; Organismos internacionais; Associações comunitárias da ilha.	Plano ação de Sensibilização definida Número de sessões de sensibilização comunitárias sobre VBG realizado desagregadas por município	2021/2022
	Sensibilização dos residentes na ilha sobre a importância de implementação de uma sociedade igualitária e livre para as mulheres	Coligação das Mulheres do Fogo, ONGs Locais	Delegação do Ministério da Educação; Câmaras Municipais; Associações comunitárias	Número de sessões de sensibilização; Número de Pessoas sensibilizadas desagregados por sexo, idade, etc.	2021/2022
	Promoção de ações de IEC, nas escolas básicas e secundárias, de combate e prevenção da VBG	Delegações Escolares do Fogo; ONGs locais	ICIEG, Coligação das Mulheres dos Fogo	Número de sessões realizadas desagregados por município; Número de escolas envolvidas nas ações de IEC	2021/2022
	Reforçar as atividades de prevenção da VBG junto das crianças e dos jovens	Delegações Escolares do Fogo; Rede SOL local	Coligação das Mulheres dos Fogo; ONGs locais;	Número de atividades de prevenção realizadas; Número de crianças e jovens envolvidas nas atividades de prevenção desagregados por sexo	2020/2022

⁴ Essa estrutura proposta pode e deve ser adequada às demandas e ao contexto local.

⁵ As ações/atividades propostas pela Coligação das Mulheres Líderes da Ilha do Fogo devem ser apresentadas e discutidas juntamente com o conjunto de atores locais (poder público, ONG's, associações comunitárias, setor privado, partidos políticos, universidades, escolas, cooperação internacional) com vistas à definição da viabilidade, responsáveis, parceiros, indicadores e prazos para execução.

2. Práticas de controle do homem em relação à mulher	Sessões de informação com os companheiros	Laço Branco (estrutura local)	ONGs locais; Coligação das mulheres do Fogo; ICIEG	Número de Sessões realizadas; Número de companheiros informados	2021/20122
	Sensibilização dos homens nas comunidades (debate sobre masculinidade e divisão do trabalho doméstico)	Laço Branco (estrutura local),	ICIEG; POSER; Câmaras Municipais	Número de Sessões realizadas nas comunidades; Número de homens que participam nas sessões	2021/20122
	Desenvolvimento de ações de formação com homens sobre SRR com objetivo de não impedirem as mulheres a aceder aos serviços	Delegacias de saúde do Fogo; Hospital Regional São Francisco de Assis	ONGs locais; ICIEG; Câmaras Municipais	Sessões de formações realizadas; Número de homens formados; % de mulheres que acedem as SRR	2021/2021
3. A ausência do planeamento familiar	Trabalhar capital sexual (capacidade de tomar decisões sobre a vida sexual e reprodutiva) nos serviços de saúde, nas famílias e na comunidade	Delegacias de Saúde	Escolas secundarias da ilha; ICIEG, ONGs; Câmaras Municipais	Atividades realizadas nas estruturas de saúde, com as famílias e com as comunidades	2021/20122
	Ações de sensibilização nas comunidades sobre a importância aos serviços de SSR.	Delegacias de Saúde Local	Escolas secundarias da ilha; ICIEG, ONGs; Câmaras Municipais; Associações comunitárias	Número de Sessões realizadas desgredados por município; Numero de comunidades sensibilizadas; Número de pessoas que participam nas sessões desagregadas por sexo e idade	2021/20122
	Realocação dos serviços de SSR em espaços não hospitalares, garantindo assim a descrição no acesso.	Governo de Cabo Verde (M. Saúde, Ministério da Educação)	Câmaras Municipais; ONGs Locais.	Número de espaços não hospitalares que disponibilizam serviços de SSR	2021/20122

	Alargamento dos serviços de saúde sexual e reprodutiva às comunidades mais distantes	Ministério da Saúde	Delegacias Locais; Câmara Municipais; ONGs locais; Associações comunitárias	Número de Serviços de SSR disponibilizado nas comunidades mais distantes	2021/20122
	Criação, nas escolas, de espaços de aconselhamento, debate e informação sobre temas relacionados à SSR.	Delegação Escolar Local	Coligação de Mulheres do Fogo; ONGs Locais; Rede SOL; Delegacias de Saúde		2021/20122
4. VBG	Reforçar a capacidade técnicas dos atores que trabalham no atendimento à vítima em matéria da Lei VBG, técnicas de atendimento, trabalho em rede etc.	ICIEG	Câmaras Municipais; ONGs locais; Rede SOL	Sessões de reforço realizados; Técnicos de Apoio a vítima que participam nas ações de reforço	2021/20122
	Reforçar as atividades de prevenção da VBG junto das crianças e dos jovens	Delegação Escolar; ICIEG	ONGs Locais, Coligação de Mulheres do Fogo	Número de atividades de prevenção desenvolvidas com crianças e jovens; Número de crianças e jovens que participam nas atividades	2021/20122
5. Os casos de VIH/ SIDA entre as mulheres	Reforçar de forma conjunta, pelo MS, CCS-SIDA e ONGs, ações de IEC sobre a prevenção de VIH nas comunidades da ilha.	MS e CCSSIDA	ONGs Locais; Associações comunitárias	Número de sessões de IEC realizados nas comunidades	2021/20122

AUTONOMIA ECONÔMICA						
ILHA DO FOGO						
PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	AÇÕES/ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	PARCEIROS	INDICADORES DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	
1. Desemprego atinge mais as mulheres	Trabalhar junto do IIEFP com vista a desenvolver um plano de formação e sensibilização das meninas para as áreas ditas masculina	IIEFP	Coligação das mulheres do Fogo; ONGs locais	Documento de plano elaborado.	06/2020	
	Desenvolver ações de benefícios a nível da tributação municipal às empresas locais que empregam mulheres	Câmaras Municipais		Número de ações desenvolvidas por cada uma das câmaras Municipais da ilha	2022	
2. Ausência de dados desagregados por sexo sobre trabalho remunerado e não remunerado	Cada município deve produzir e divulgar de forma simples e acessível os dados desagregados por sexo relativo ao trabalho remunerado e não remunerado	Câmaras Municipais	ONGs Locais	% Dados desagregados sobre o trabalho remunerado e não remunerado que serão apresentados pelos municípios	2021	
	Sensibilizar os jovens com destaque para meninas para optarem por áreas formativas com maior empregabilidade na ilha.	IIEFP	ONGs locais; Câmaras Municipais; Associações comunitárias	Número de sessões de sensibilizações realizadas; Número de meninas sensibilizadas; % de meninas que optarem que forma em áreas de maior empregabilidade na ilha	2021/2022	
3. Desemprego que afeta, principalmente, a população jovem e as mulheres	Os centros de formação devem definir programas formativos com base na realidade do mercado da ilha evitando cursos não ajustados às necessidades do mercado	IIEFP	Empresariado Local	Número de programas de formação definidas ajustado a necessidades da ilha	06/2021	

4. Elevada taxa de inatividade, especialmente na população feminina	Os decisores nacionais e locais devem desenvolver medidas que incentivem o investimento por parte de empresários nacionais e internacionais e de emigrantes nas áreas de vinicultura, turismo, transformação de alimentos e artesanato.	Ministério das Finanças/ Câmaras Municipais	Empresariado Local; Direção Nacional do turismo; Direção Nacional de Migrações	Número de medidas desenvolvidas para incentivar os investimentos; Número de novos investimentos realizados % desagregadas de Emprego gerado pelos novos investimentos	2022
5. Necessidade de formalização das mulheres vendedoras que operam no mercado informal	O INPS deve desenvolver uma campanha de sensibilização e informação específica para este grupo sobre a importância e os benefícios de formalização do trabalho que exercem O INPS, em concertação com as Câmaras Municipais e a Direção Geral de Solidariedade, deve desenvolver um processo simplificado de formalização das mulheres que trabalham no mercado informal e das que trabalham em casa.	INPS INPS	ONGs locais; Câmaras municipais Câmaras Municipais; Direção Geral de Solidariedade; ONGs locais	Campanha de sensibilização realizada; % de pessoas que formalizam o seu negócio Processo de simplificação criado e implementado	2021/2022 2021

<p>6. Desafio de aumentar o número de postos de trabalho para as mulheres na área da agricultura</p>	<p>O Ministério da Agricultura, em concertação com as câmaras municipais, deve desenhar um processo de atribuição de títulos de terra às mulheres pobres da ilha. As ONGs locais devem desenvolver projetos de sensibilização sobre a importância e benefícios das mulheres possuírem títulos de terra. As associações de microcrédito devem desenvolver pacotes de crédito ajustados a esses grupos, de modo a que as mulheres tenham recursos para investir nas terras que lhes serão disponibilizadas</p>	<p>Ministério da Agricultura e Ambiente/ Câmaras Municipais</p>	<p>ONGs locais; Instituto Nacional do ordenamento do território</p>	<p>Processo de atribuição de títulos de novas parcelas de terra criado; Número de mulheres pobres que recebem títulos de terra</p>	<p>2021/2022</p>
<p>7. Necessidade de criar condições no setor privado para recrutar mulheres que trabalhem nas TIC</p>	<p>Desenvolver ações de sensibilização das empresas privadas para a empregarem as mulheres na área das TICs</p>	<p>Empresariado Local</p>	<p>Câmaras municipais; Ministério das finanças</p>	<p>Criadas as condições que incentivam o sector privado a recrutar mulheres; Aumento da % de mulheres que são recrutadas no sector privado</p>	<p>2021/2022</p>
<p>8. Ausência de uma lei de defesa das(os) trabalhadoras(es) não remuneradas(os)</p>	<p>Definir, a nível nacional, uma lei que regula o trabalho doméstico não remunerado, sobretudo aspeto ligados ao não acesso ao sistema de Segurança social</p>	<p>Ministério do Trabalho / Ministério da Segurança social</p>	<p>Sindicatos, ONGs; ICIEG; Associação das trabalhadoras Domesticas; INPS</p>	<p>Lei que regula o trabalho Doméstico e não remunerada criado</p>	<p>2022</p>

ILHA DO FOGO

AUTONOMIA POLÍTICA E NA TOMADA DE DECISÃO

PROBLEMAS PRIORITÁRIOS	AÇÕES/ATIVIDADES A SEREM IMPLEMENTADAS	RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO	PARCEIROS	INDICADORES DE SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO
1. Dados das últimas eleições autárquicas de 2016 revelam que o percentual de mulheres eleitas na Câmara Municipal e no órgão Assembleia Municipal ficaram abaixo dos 20%	Desenvolver ações de formação e sensibilização direcionadas aos dirigentes partidários sobre a Lei de Paridade e a participação política das mulheres.	ICIEG/ Coligação das mulheres do Fogo	ONGs locais; Câmaras Municipais. Rede de Mulheres Parlamentares	Número de ações de formações desenvolvidas; Número de ações de sensibilização desenvolvidas; Número de dirigentes partidários que participam nas ações de formação e sensibilização desagregados	2021/2022
	Criação de um comité local para monitorização da implementação da lei de paridade na ilha	Coligação das mulheres do Fogo	ONGs Locais; ICIEG; PNUD; Câmaras municipais	Comité Local criada; Número de ações de monitorização realizada pelo comité	03/2021-12/2022
	Alargar o trabalho desenvolvido com as mulheres da coligação a outras mulheres da ilha	Coligação das mulheres do Fogo	ONGs Locais; ICIEG; PNUD; Câmaras municipais	Atividades replicadas a outros grupos de mulheres; Número de mulheres que participam nas atividades de replicação.	2021/2022
	Realizar ações de IEC nas comunidades sobre a importância da participação das mulheres na política	Coligação das mulheres do Fogo	ONGs Locais; ICIEG; PNUD; Câmaras municipais; RMP	Número de ações de IEC realizadas; Número de participantes nas ações de sensibilização desagregados	2021/2022

2. A presença feminina na liderança das associações comunitárias: é quase inexistente (ficando abaixo dos 10%) a presença das mulheres em cargos de decisões comunitárias	Desenvolver ações de formações dos homens líderes sobre a Paridade, e igualdade de gênero	Coligação das mulheres do Fogo/ ICIEG	ONGs Locais; Rede Laço Branco; PNUD; Câmaras municipais	Ações de formações desenvolvidas; Número de participantes das formações.	2021
	Desenvolver ações de IEC nas comunidades, nas escolas com diversos grupos sobre a igualdade de gênero e o respeito pela participação das mulheres na vida comunitária	Coligação das mulheres do Fogo	ONGs Locais; Rede Laço Branco; PNUD; Câmaras municipais	Número de ações de IEC realizadas; Número de participantes nas ações de sensibilização desagregados	2021/2022
3. As empresas na ilha têm poucas mulheres em cargos de chefias e são raras as vezes que as mulheres lideram as empresas.	Desenvolver ações de formação direcionadas às mulheres e aos homens, especialmente os maridos, sobre a importância de participação das mulheres nas esferas de tomadas de decisão	Coligação das mulheres do Fogo	ONGs Locais; Rede Laço Branco; PNUD; Câmaras municipais	Ações de formações desenvolvidas; Número de participantes das formações	2021
	Desenvolver ações de sensibilização voltadas às empresas para garantirem condições que viabilizem a ocupação pelas mulheres de cargos de liderança	Coligação das mulheres do Fogo	Câmaras municipais; ONGs Locais	Número de ações de sensibilização desenvolvidas; % de mulheres que ocuparão cargos de lideranças nas empresas	2021/2022
	Desenvolver ações de sensibilização voltadas às empresas para garantirem condições que viabilizem a ocupação pelas mulheres de cargos de liderança	Coligação das mulheres do Fogo	Câmaras municipais; ONGs Locais; ICIEG	Número de ações de sensibilização desenvolvidas; % de mulheres que ocuparão cargos de lideranças nas empresas	2021/2022

4. São várias as causas da fraca participação política das mulheres, e uma delas tem a ver com o fato das mulheres ocuparem-se das tarefas domésticas, restando-lhes pouco tempo para o trabalho político.	Criação e/ou promoção por parte das câmaras municipais de criação de serviços de cuidados (creches, centro de idosos, serviços para pessoas com deficiência) com horário alargado nos principais centros urbanos da ilha. Sensibilização dos homens para partilha de tarefas domésticas.	Câmaras Municipais	Direção Geral da Inclusão; ONGs locais; FECAD; Parceiros internacionais	% de serviços de cuidados criados	2021/2022
5. As mulheres ocupam uma posição subalterna nas listas eleitorais, preenchendo maioritariamente os últimos lugares das listas e em lugares não elegíveis	Formar as mulheres sobre a participação na política, liderança e comunicação assertiva Desenvolver ações de <i>lobby</i> e <i>advocacy</i> para ocupação de cargos diretivos pelas mulheres nos partidos.	Coligação das mulheres do Fogo Coligação das mulheres do Fogo Coligação das mulheres do Fogo	ONGs locais; Associações Comunitárias, Rede Laço Branco, ICIEG ICIEG; ONGs locais; RMP; Associações de mulheres nos partidos. ICIEG; ONGs locais; RMP; Associações de mulheres nos partidos	Ações de sensibilizações desenvolvidas; Número de homens que participam nas ações de sensibilizações Formações realizadas; Número de mulheres que participam nas formações Plano de <i>lobby</i> definido; Ações de <i>lobby</i> desenvolvidas; % de mulheres que ocupam cargos diretivos nos partidos	2021/2022 2021/2022 2021/2022 2021/2022

